

Mariz: só Constituinte superará o impasse

Da sucursal de
BRASÍLIA

Na opinião do deputado Antônio Mariz (Arena-PB), só uma Constituinte teria poderes suficientes para fazer com que a Nação sãisse do atual impasse político. Mas ele não concorda com a transformação do Congresso em Assembleia para promover a reforma da Constituição, "porque a instituição está violentada com a presença dos senadores biônicos". Acha, porém, que pressões de grandes associações de classe e da opinião pública poderão levar o governo a fazer a Constituinte.

Em entrevista ao "Estado", ele disse que os cinco milhões de votos em branco nas últimas eleições são indicadores de que a Arena e o MDB já não preenchem todo o espaço político. Para o deputado, os partidos estão perdendo sua função de conduto da opinião pública e, por isso, acredita que já chegou o momento de sua extinção.

Mariz, de discreta atuação no plenário da Câmara, destacou-se na Comissão de Constituição e Justiça por suas posições liberais, mesmo no governo Médici. Trabalhou muito, em 1974 e 1975, pela indicação de Célio Borja à liderança da maioria e à presidência da Câmara, e seu próprio nome aparece sempre bem situado quando se trata do preenchimento desses postos. Ele votou ainda favoravelmente às emendas Accioly Filho, extinguindo os mandatos dos biônicos, e Franco Montoro, restaurando as eleições diretas para os governos estaduais.

Os 5 milhões de votos em branco nas últimas eleições, e, ao mesmo tempo, a postura da OAB, dos líderes sindicais, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — que têm importância de um partido político — mostram a falência da Arena e do MDB?

Não sei se poderia falar em plano de falência, porque, se o

admitisse, nas eleições passadas você poderia dizer que o quadro partidário já não representava coisa nenhuma. Acho que essas legendas foram úteis, ainda nas eleições passadas, como instrumento de veiculação da vontade popular. Mas a preeminência assumida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, pela OAB, por algumas lideranças sindicais, especialmente em São Paulo, indica, certamente, que os partidos já não preenchem todo o espaço político. Por isso nós concordamos parcialmente com essa posição.

A que o sr. atribui essa diminuição da importância dos partidos?

Além da pregação constante do artificialismo dos partidos, a atividade política não está exercendo seu poder. A atividade política dos partidos existe para a conquista do poder. Se os partidos políticos não têm seu poder de legislar, logo eles estão esvaziando-se. Não há alternância no poder, não há eleições. Então, para que servem os partidos?

Um fato básico não seria a permanência de certos nomes que são aqueles mesmos políticos de antes de 1964? De que modo isso estaria influiuindo?

Acho que o fato de sobreviverem alguns nomes nacionais, de certa forma, ajuda os partidos. Não substituíram certos nomes porque não houve razão para isso, não houve uma luta política verdadeira.

A reforma partidária resolveria o problema dos partidos?

Acho que, quando se fala em reforma partidária, fala-se em eleições; se isso não estiver implícito, não há reforma partidária. Se não for para tirar o poder do mesmo artificialismo, não há reforma partidária.

Não obstante o fim do AI-5, o fim de outras leis de exceção, a criação de novos partidos, não

acha que a classe política continua em compasso de espera, aguardando uma benesse do governo, de decretos que criem novos partidos, como se essa reforma partidária representasse a democratização do País?

Essa espera pela iniciativa do governo, que de fato existe, não é uma simples omissão dos políticos. O que isso representa é a constatação de um fato: a ação de legislar do Congresso foi bloqueada pela presença dos biônicos. O governo diz: vamos fazer eleições diretas. Mas a emenda Montoro — com a subemenda do Vidigal — foi derrotada pelos biônicos no Senado. Isso significa que o governo quer manter o monopólio de legislar, e ele tem esse monopólio através dos biônicos.

Deputado Antônio Mariz, Constituinte ou reforma constitucional?

Acho que, depois do que afirmei, Constituinte. Mas, ainda aqui, vamos entrar num círculo vicioso. Se o poder de decisão do Congresso está prejudicado pela passividade do Senado, será muito difícil a Constituinte; esse é o grande impasse. A menos que se altere e se devolva ao Congresso o poder de legislar, estaremos restritos aos projetos do Palácio do Planalto.

O senador Gilvan Rocha está lançando "Constituinte com Figueiredo, em 1982".

Acho que me parece a Constituinte com Getúlio.

Mas Figueiredo quer em 1982, porque ele tem mais dois anos de mandato.

Para que eu não dê a impressão de que não vejo nenhuma saída, o movimento de abertura que se tem feito, através, exatamente, dos pronunciamentos dos partidos no Congresso, da pressão de algumas grandes associações de classe e da opinião pública poderá levar o governo a fazer a Constituinte.

Deputado, vamos voltar,

agora, ao fato que se liga às eleições e eleições diretas: que lições o sr. extrai da demissão do governador do Mato Grosso do Sul, com 150 dias de poder?

A primeira lição, sem discutir o mérito, porque faltam muitos elementos para isso, é que, de fato, o poder político começa a existir, aquele artificialismo dos partidos começa a desaparecer. A substituição do governador, segundo todas as evidências, decorre de uma imposição partidária; o partido do governo impôs a substituição do governador, e isso é realmente novo e alvissareiro.

A que partido o sr. pensa em se ligar? O Sr., pelo que parece, concorda em muitos pontos com o presidente Figueiredo. Da maneira como o partido dos governadores será "explicitamente de apoio ao governo Figueiredo", o sr. está entrando no partido do governador Tarcísio Burty?

Não, essa é a única, definição que posso fazer hoje: não fico nesse partido. Agora, qual o partido a que me filiarei, depende ainda de uma série de considerações da política da Paraíba. Eu tenho — por força dos acontecimentos do ano passado, quando me vi levado a participar da convenção e a disputar a convenção estadual — uma série de vínculos com um grupo político, que considero muito expressivo, e a minha decisão terá que ser tomada de comum acordo com esse grupo.

Como o sr. viu os 100 dias de Figueiredo?

Os 100 dias de Figueiredo, que se completaram com a anistia, tem, sem dúvida alguma, despertado expectativas favoráveis. O juramento que fez de fazer do País uma democracia começa a encontrar alguns fundamentos na realidade, ao contrário de outros juramentos e promessas ocorridas num passado recente, que se revelaram vazias. Acho que o dado básico para esse julgamento é a anis-

tia: é o primeiro fato de grande importância, de grande repercussão, e que complementa o juramento feito. É o primeiro passo para o cumprimento desse juramento.

E no campo econômico, foi positivo ou negativo?

No campo econômico, o que me parece negativo é a decisão — pelo menos a decisão aparente — de não alterar nada no modelo econômico, permanecer o mesmo elenco de prioridades. Quer dizer, o modelo é esse, não se altera, fundamentalmente, o combate à inflação, que é, sem dúvida, importante. Esgota as grandes projeções da ação econômica do governo, e a conclusão seria de que um quadro de desequilíbrio no desenvolvimento regional, um quadro de disparidade na distribuição de renda, permaneceria, já que as linhas estruturais do projeto econômico do governo não se alteram. Aliás, isso decorre, também, do fato de não se mudar o quadro de pessoas que comandam essa política e que, afinal de contas, é o mesmo. Sobre esse ângulo, seria negativa a impressão do governo Figueiredo no plano econômico, pela imutabilidade do modelo econômico.

Que medidas acha o sr. viáveis para o estabelecimento de eleições diretas para os governos, mantendo essa atual estrutura econômica e dependência dos Estados em relação ao governo central?

Não tenho dúvida de que as eleições, no quadro atual, sofrerão uma influência terrível do poder econômico. Mas acho que as eleições, em si, constituem um meio de se lutar contra isso. O pior é não se contribuir de nenhum modo para a formação do poder, para a instituição de poder, isso é o terrível. Mas, desde que haja eleições, há sempre a possibilidade de lutar, há sempre a esperança de que, através da eleição, através da palavra, do convencimento e da aglutinação de interesses legíti-

mos, se possa alterar estruturalmente a organização do País. As eleições caminham pacificas para isso.

Deputado Antônio Mariz, eleições diretas para governadores de Estados, em 82, podem importar em eleições diretas para presidente da República, dois anos depois?

Acredito que sim. Foi bom que você perguntasse para que eu pudesse completar as considerações que fiz sobre a vinculação de cada um. Apesar do que disse, sou também otimista quando à possibilidade de se superar isso. Denunciei uma segunda intenção na coincidência

de eleições. Essa segunda intenção, para mim, existe. Mas isso não significa que eu elimine a possibilidade de que essa dificuldade acrescida seja superada, porque há exemplos passados de candidatos que, com uma estrutura frágil, comum à estrutura partidária limitada, foram capazes de empolgar a opinião e ganhar as eleições. Dentro desse quadro, acredito que as eleições de governadores, qualquer que seja o resultado, representarão impacto tremendo no sentido do restabelecimento das eleições diretas para presidente da República. Concordo inteiramente com es-

sa possibilidade, inclusive porque, naturalmente, surgirão lideranças de grande envergadura. Quem se eleger governador do seu Estado, mesmo num Estado que não seja comparado a São Paulo, mas que conseguir sintonizar com correntes importantes do pensamento nacional, assume repentinamente o papel de uma liderança nacional, e isso terá uma influência muito grande, considerando que tem sido visto, numa pesquisa de opinião recente, que parece ser sentimento geral o desejo de que retornem as eleições diretas para presidente da República, também.